



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150404 - MG (2021/0219981-7)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : HUGO FERREIRA BATISTA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : NIVALDO ANTONIO BELO JUNIOR - MG152922  
JOSE EURIPEDES GONCALVES PINTO - MG203195  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por HUGO FERREIRA BATISTA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.110346-0/000).

O recorrente foi preso em flagrante por suposta prática do delito descrito no art. 12 da Lei n. 10.826/2003, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva (fls. 50-51).

Sustenta a ausência de motivação idônea para a decretação de sua prisão preventiva, destacando excepcionalidade da medida extrema, que teria sido decretada, na espécie, com base tão somente na gravidade abstrata do delito.

Afirma que sua liberdade não apresenta risco à ordem pública, porquanto é primário, possui residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, caso se entenda necessária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente